

## Um estudo da Diferença entre Gêneros em Relação à Intenção de Uso de Preservativo a partir da Teoria do Comportamento Planejado

**Autoria:** Ricardo Teixeira Veiga, Eliane Bragança de Matos

### Resumo

A partir da constatação que a introdução de novos construtos poderia aumentar o poder de explicação da Teoria do Comportamento Planejado (TCP) e buscando-se entender a diferença entre o comportamento dos adolescentes de sexo masculino e feminino em relação ao uso de preservativos foi feito um levantamento junto a 732 jovens de 18 e 19 anos. A partir da TCP, e com base em sugestão de Bagozzi (2007), introduziram-se também os construtos resistência à tentação e norma moral como antecedentes da intenção de uso de preservativo masculino (condom). O primeiro refere-se a impeditivos que poderiam evitar o desenvolvimento da intenção e do comportamento e o segundo refere-se às crenças pessoais que o comportamento em foco é certo ou errado. Os dados da pesquisa confirmaram que os dois construtos aumentam o poder de explicação da TCP e que os homens tendem a ter mais resistência à tentação no uso do preservativo do que as mulheres, que por sua vez tendem a ser mais influenciadas pela norma moral. Com base na pesquisa feita e em estudos adicionais, recomenda-se a adoção da TCP como moldura teórica para fundamentar campanhas para informar e influenciar os adolescentes no uso do preservativo.

### 1. Introdução

A gravidez indesejada, assim como as doenças sexualmente transmissíveis, principalmente a AIDS, tornou-se um problema social extremamente grave, principalmente em relação aos adolescentes, cujo enfrentamento por meio de campanhas e ações educativas públicas tem sido pouco efetivo.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) define como adolescente uma pessoa com idade entre 10 e 19 anos. Tal definição é adotada no Brasil pelo Programa de Saúde do Adolescente, do Ministério da Saúde (WHO,2001).

Diante desse imenso contingente, não cabem dúvidas de que a saúde sexual e reprodutiva dos adolescentes é motivo de constante preocupação, uma vez que questões relacionadas à sexualidade criam situações de forte impacto social, tais como gravidez precoce e indesejada e indesejada, aborto provocado e doenças sexualmente transmissíveis (PINTO e SILVA, 1998).

A população adolescente constitui um grupo muito heterogêneo, do ponto de vista sociocultural (BLANC e WAY, 1998). Portanto, quando se discute o comportamento sexual dos jovens nessa faixa etária, é preciso considerar os fatores sociais, culturais, religiosos e econômicos do país em que vivem (RAMOS, 1994). Assim, a idade em que os adolescentes tornam-se sexualmente ativos é variável de um país para outro e, mesmo dentro de um mesmo país, de uma região para outra, porém freqüentemente é mais precoce nos adolescentes do sexo masculino (BRAVERMAN e STRASBURGER, 1993). Nos Estados Unidos, por exemplo, ocorreu decréscimo no índice de adolescentes de ambos os sexos com idades entre 15 e 17 anos, que declararam já terem iniciado sua vida sexual, de 51% para 43%, no período compreendido entre 1991 e 2001 (SONENSTEIN, 2004). Isto é, menos adolescentes desta faixa etária tinham começado sua vida sexual.

Os dados da Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde (PNDS BRASIL, 2000) mostram que 18% das adolescentes brasileiras com idade entre 15 e 19 anos já ficaram grávidas pelo menos

uma vez, e 11,4% delas já tinham um filho.

Para o Brasil, assim como para outros países, o índice crescente de gravidez na adolescência representa um problema social e de saúde pública, devido às repercussões orgânicas, psicológicas e sociais que a gravidez acarreta nesta faixa etária (CANNON, 1998). O fenômeno é verificado especialmente na população de baixo nível socioeconômico, por causa das condições de vida desfavoráveis, de abandono e promiscuidade, da desinformação e da falta de acesso a métodos anticoncepcionais (PINTO e SILVA, 1998).

Para Duarte (1996), são causas agravantes da gravidez precoce e indesejada a falta de informações sobre os métodos anticoncepcionais e seu uso descontínuo por parte das adolescentes, motivado, algumas vezes, pelas dificuldades de acesso a esses recursos e, outras vezes pelo “pensamento mágico”, inerente ao desenvolvimento psicológico da adolescente, que a leva a acreditar que pode manter relações sexuais sem o risco de engravidar, principalmente por ser muito jovem.

Um outro dado alarmante é a estimativa que um em cada quatro adolescentes contamina-se com doença sexualmente transmissível (DST) até a idade adulta e que ocorram por dia 356 mil novas infecções genitais, das quais 16% acontecem em jovens abaixo de 15 anos (ONU, 2000).

Estudos de vários países têm demonstrado a crescente ocorrência de AIDS entre os adolescentes, sendo que atualmente as taxas de novas infecções são mais altas entre os jovens. Quase a metade dos novos casos de AIDS ocorre entre pessoas com idade entre 15 e 24 anos. Considerando que a maioria dos doentes está na faixa dos 20 anos, conclui-se que a grande parte das infecções aconteceu no período da adolescência, uma vez que a doença pode ficar por longo tempo assintomática (<http://boasaude.uol.com.br/Lib>).

No Brasil, segundo dados do Ministério da Saúde (Boletim Epidemiológico AIDS fev/99), foram notificados 155.590 casos de AIDS entre 1980 e fevereiro de 1999. Desses, 20.064 referem-se a pessoas entre 15 e 24 anos - ou seja, 13% do total. A faixa etária de 25 a 34 anos concentra o maior número de notificações acumuladas: 67.267, ou seja, 43,23% do total de casos. Considerando-se que o portador do HIV pode viver em média durante dez anos sem apresentar os sintomas da doença, estima-se que o número de pessoas que se tornaram HIV-positivas na faixa etária de 15 a 24 anos pode ser elevado.

Ao lado do alto índice de gravidez precoce e indesejada - mais de 430 mil atendimentos no Sistema Único de Saúde (SUS) entre 1999 e abril deste ano de meninas grávidas, sendo quase 211 mil partos e 220 mil casos de abortos em jovens com idade entre 10 e 19 anos ([www.saude.gov.br](http://www.saude.gov.br)) - o alto índice de contaminação por AIDS torna o segmento de adolescentes como de potencial e urgente atenção por parte da sociedade, principalmente pelos programas sociais educativos e preventivos por parte tanto dos governos quanto das ONGs e empresas.

Cerwonka, Isbel e Hansen apud Hoyos e Sierra (2001) afirmam que uma estratégia primária de prevenção contra a transmissão do HIV é o uso apropriado e constante do preservativo. Em sua pesquisa, estes autores apontam os efeitos de alguns fatores psicossociais no desenvolvimento de práticas sexuais seguras entre os adolescentes: a) maior grau de conhecimento sobre o HIV / AIDS não garante a redução do comportamento de risco; b) a percepção do risco nem sempre conduz à redução de práticas arriscadas, uma vez que se

relaciona também com fatores cognitivos e de desenvolvimento; e c) maior experiência sexual e maior número de parceiros diminuem a frequência do uso de preservativos.

Estudos nacionais apontaram que, apesar de a maioria dos adolescentes conhecerem pelo menos um método anticoncepcional, uma pequena proporção utiliza-os regularmente (SCHOR et al., 2000; PINTO e SILVA, 1994). Estudo realizado em várias capitais brasileiras revelou que dos 16 mil adolescentes entrevistados, 90% declararam conhecer métodos anticoncepcionais, porém entre 40% e 50% usavam efetivamente algum método contraceptivo (UNESCO, 2004).

Diante de tudo que foi exposto verifica-se a fragilidade da associação entre conhecimento e prática desse conhecimento, dado que explica, de certa maneira, a grande prevalência de gravidez na adolescência e do contágio pelas doenças sexualmente transmissíveis, principalmente a AIDS.

Portanto, entender o comportamento dos adolescentes em relação aos métodos de prevenção é extremamente relevante. De forma mais aprofundada, compreender as diferenças entre o comportamento dos adolescentes do sexo masculino e feminino pode predizer caminhos para campanhas educativas que diminuam a incidência da gravidez e de DST como a AIDS entre os jovens.

## **2. A Teoria do Comportamento Planejado**

Na Teoria do Comportamento Planejado (Theory of Planned Behavior) (AJZEN, 1991) se busca entender e prever o comportamento humano de forma geral, a partir de um conjunto reduzido de variáveis antecedentes. Ampliação da Teoria da Ação Racionalizada, a maior diferença entre a TAR e a TCP é a adição de um terceiro antecedente das intenções, o controle comportamental percebido que, por sua vez, é determinado por dois fatores: crenças de controle e força percebida. Se o indivíduo, por exemplo, tem baixa percepção de controle, provavelmente terá crenças de controle que impedirão seu comportamento. Essa percepção pode refletir experiências passadas ou, ainda, a antecipação de circunstâncias e atitudes que influenciam normas internas dos indivíduos (GODIN, 1994).

O modelo da TCP é proposto para prever e compreender influências motivacionais sobre um comportamento que não esteja sobre controle volitivo, para identificar quando e onde devem ser iniciadas estratégias para a modificação de comportamento e para explicar, virtualmente, algum comportamento humano. Nesta perspectiva, o mais importante e determinante do comportamento é sua intenção, considerada o resultado da influência combinada de atitude e de normas subjetivas, que por sua vez, são mensuradas, normalmente por instrumentos elaborados com escalas do tipo Likert. Neste contexto, atitude para um comportamento resulta de crenças geradas pelas avaliações dos resultados do comportamento, pelas normas subjetivas, crenças normativas e motivação para a ação (HAUSENBLAS, CARRON E MACK, 1997).

Os autores Godin (1994), Hausenblas, Carron e Mack, (1997), Wankel (1997) e O'Brien Cousins (1998), afirmam que os construtos dessa teoria podem ser resumidos em:

a) ação ou comportamento – que é a transmissão de uma intenção ou de um comportamento percebido em ação;

b) intenção de comportamento – é a indicação de quanto de esforço deve ser utilizado ordenadamente para realizar um comportamento, sendo influenciado por três componentes: a atitude, a norma subjetiva e o controle comportamental percebido;

c) atitude – é o primeiro determinante de intenção de comportamento, que consiste na avaliação favorável ou desfavorável do comportamento em questão;

d) norma subjetiva - é o segundo preditor da intenção de comportamento, influenciada pela forma como as pressões sociais são percebidas pelo indivíduo (crenças normativas) para adotar ou não um determinado comportamento. Isso é levado em conta pelo indivíduo e o motiva a assumir ou não determinado comportamento;

e) controle comportamental percebido – é o terceiro antecedente da intenção de comportamento. Pode ser definido como a crença individual sobre o quanto é fácil ou difícil adotar um determinado comportamento, refletindo-se, normalmente, num momento presente.

A teoria do comportamento planejado tem mostrado uma forte utilidade preditiva para uma grande gama de comportamentos, incluindo comportamentos relacionados à saúde (CONNER e SPARKS, 1996), sexo antes do casamento (CHAN & CHEUNG, 1998), consumo de bebidas alcoólicas (CONNER, WARREN, e CLOSE, 1999), intenção de realizar dietas e fazer exercícios físicos (GOECKING, 2006) além de intenção de boca a boca negativo (CHENG, 2006), além da série de estudos relacionados à intenção de uso de preservativos, que serão apresentados posteriormente.

Apesar da ampla utilização da TCP uma série de autores tem questionado as diferenças encontradas entre as variâncias explicadas da intenção e do comportamento. Estas diferenças têm levado a várias tentativas de acrescentar novos construtos que melhorem a explicação do modelo e diminuam as diferenças entre as variâncias explicadas.

### **2.1. Modificações na Teoria do Comportamento Planejado**

Apesar das evidências de validade da TCP, diversos autores têm proposto refinamentos e extensões do modelo, para aumentar seu poder explicativo. Por exemplo, há evidências de que a inclusão de normas morais (i.e., crenças pessoais de que o comportamento em foco é certo ou errado) aumenta o poder explicativo da TCP quando aplicada em uso de maconha (Conner e McMillan, 1999) ou violações de trânsito (Parker et al., 1996).

De fato, os estudos que medem apropriadamente intenções e o comportamento demonstram que a correlação é substancial (por exemplo, FISHBEIN et al, 2001). Mas mesmo uma correlação substancial, não decorrente de um erro de amostragem, somente leva à questão da validade estatística (COOK e CAMPBELL, 1979).

Diversos investigadores sugeriram que a ligação causal entre as intenções e o comportamento podia ser melhorada com a introdução de outras variáveis no modelo. Por exemplo, Bentler e Speckart (1981), Kleinke (1984) e Kraus (1995) sugeriram que as atitudes poderiam ter uma influência direta (tão bem quanto um efeito indireto através das intenções) no comportamento, e ambos, Ajzen (1991) e Bandura (1986) discutiram que controle comportamental percebido pode também afetar o comportamento diretamente.

Em resposta a um email enviado por um dos autores deste trabalho o Professor Bagozzi pondera que uma resposta à diferença entre intenção e comportamento poderia ser a introdução de um novo construto que ele nomeou resistência à tentação, que poderia ser uma alternativa para identificar a existência de metas concorrentes. No caso deste projeto, pode-se identificar que o alvo de usar o preservativo para não engravidar, ou engravidar a parceira, ou mesmo não transmitir ou adquirir AIDS e doenças sexualmente transmissíveis poderia concorrer com a meta ou alvo do prazer sexual imediato. Neste sentido, o uso de pílulas anticoncepcionais, ou uso de bebidas alcoólicas, ou mesmo a intensidade do desejo e da paixão poderiam ser indicadores de metas concorrentes e se configurar como pontos de resistência à tentação de não usar o preservativo.

O conceito de resistência à tentação foi retirado de Bagozzi, Moore e Leone (2004) e trata de situações específicas de sedução e desvio da atenção focada em determinado comportamento. Estes comportamentos são chamados de comportamentos difíceis e se referem à restrição de comportamentos prazerosos e demandados socialmente. Seriam situações ou comportamentos que levariam à resistência ao desenvolvimento da intenção e, conseqüentemente, do comportamento. As variáveis componentes deste construto também foram identificadas através de procedimentos de investigação qualitativa.

Desde o desenvolvimento da TCP medidas que tratam de conceitos morais ou éticos têm sido incluídos como preditores da intenção ou mesmo do comportamento, como os estudos relativos à intenção de enganar, roubar e mentir (BECK e AJZEN, 1991); cometer violações de trânsito (PARKER et al., 1995); consumo de leite (RAATS, SHEPHERD, e SPARKS, 1995); e consumo de alimentos modificados geneticamente (SPARKS, SHEPHERD, e FREWER, 1995).

Sparks et al. (1995) e Raats, Shepherd, e Sparks (1995) também encontraram efeito preditivo para a norma moral na altitude dos participantes, independente do efeito da crença comportamental e da avaliação de resultados. Existe uma dificuldade clara em prover uma clara distinção conceitual entre o auto-interesse e o altruísmo na literatura da escolha e tomada de decisão (MANSBRIDGE, 1990). Analisar o papel da norma moral dentro da TCP representa uma expansão do conhecimento sobre os fatores motivacionais que podem predir e influenciar comportamentos sociais e pessoais (SHEPHERD, MAGNUSSON e SJÖDÉN, 2005).

Parker et al. (1995) testaram esta variável em relação à intenção de cometer violações na condução de veículos. A norma moral contribuiu para aumentar a variância explicada da intenção entre 11 e 15%.

A norma moral é algumas vezes confundida (SPARKS e SHEPHERD, 2003) com a norma subjetiva que trata da percepção da pressão social para desenvolver ou não determinado comportamento enquanto a norma moral trata da percepção da correção ou incorreção moral de desenvolver um dado comportamento (AJZEN, 1991; MANSTEAD, 2000). Portanto, a norma moral foca no sentimento de responsabilidade pessoal em desenvolver ou não um comportamento (SPARKS e SHEPHERD, 2003). Conner e Armitage relatam que a adição da norma moral tipicamente pouco aumenta a variância explicada da intenção, mas este pequeno incremento é significativo (CONNER e ARMITAGE, 1998).

Uma outra meta-análise muito importante para este trabalho foi a realizada por Albarracín et al (2001) relativa ao uso das Teorias da Ação Racionalizada e do Comportamento Planejado

como modelos do uso de preservativos. Este estudo sintetizou 96 bases de dados ( $N = 22.594$ ) contendo variáveis-chaves dos dois modelos. Os resultados foram consistentes com a predição da Teoria da Ação Racionalizada onde (a) o uso de preservativos foi relacionado à intenção ( $R = 0,45$ ), (b) intenções foram baseadas em atitudes ( $r = 0,58$ ) e normas subjetivas ( $r = 0,39$ ) e (c) atitudes foram relacionadas a crenças comportamentais ( $r = 0,46$ ). Consistente com o poder preditivo da Teoria do Comportamento Planejado, controle comportamental percebido foi relacionado à intenção de uso do preservativo ( $r = 0,45$ ) e ao uso do preservativo ( $r = 0,25$ ), mas, em contraste com a teoria não contribuiu significativamente para o uso do preservativo.

Esta meta-análise, entretanto, apontou uma falta de ajuste do modelo da Teoria da Ação Racionalizada entre duas amostras, uma envolvendo adolescentes e outra envolvendo a população de baixo risco. Segundo os autores, isto pode indicar que existem outras variáveis envolvidas com o uso de preservativos por estes segmentos que o modelo falha em explicar.

A partir destas considerações resolveu-se testar o efeito da inclusão dos construtos resistência à tentação e norma moral aos construtos da Teoria do Comportamento Planejado a partir do direcionamento para a intenção de uso de preservativos, considerando-se a variação de gêneros entre os adolescentes.

### 3. Método

Por se tratar de trabalho cujo principal objetivo era explicar a intenção comportamental de consumidores, testando-se hipóteses específicas, a pesquisa pode ser considerada como sendo conclusiva, do tipo descritivo (MALHOTRA, 2001). O teste empírico dos modelos teóricos foi feito a partir de levantamento.

O levantamento das crenças salientes modais (Ajzen, 1992) foi a primeira etapa do estudo e serviu para fundamentar a adaptação da TCP ao comportamento-alvo.

Nesta pesquisa realizaram-se quatro grupos de foco, sendo dois relativos a adolescentes de classe sócio-econômica A e B e dois de classe sócio-econômica C e D, adotando-se o classificação econômica Brasil da ABEP (Associação Brasileira das Empresas de Pesquisa), versão 2007. Optou-se pelo agrupamento de extratos A e B e dos extratos C e D, para tentar verificar diferenças mais facilmente do que entre grupos que compartilham circunvizinhanças, como seria entre grupos de classe sócio-econômica A e B, por exemplo, ou entre B e C. Por outro lado, em função da viabilização do levantamento de dados não se trabalhou com o extremo inferior do sistema de classificação sócio-econômica, a classe E, uma vez que haveria muitas dificuldades para localização e levantamento dos dados pertinentes à investigação pretendida.

Baseando-se na identificação das crenças salientes e nas sugestões de Ajzen (1992), elaborou-se o questionário para o levantamento quantitativo, de modo a testar as hipóteses colocadas no estudo.

A segunda etapa da pesquisa foi um survey interseccional, que se caracteriza (BABBIE, 1999) por dados colhidos em certo momento, de uma amostra selecionada para descrever alguma população maior na mesma ocasião e pode ser usado não só para descrever, mas também para determinar relações entre variáveis na época de estudo.

Considerando-se o objetivo de comparar as intenções comportamentais de uso do preservativo nas relações sexuais entre os segmentos de homens e mulheres dentro da faixa etária de adolescentes e considerando-se as dificuldades de ordem moral e legal para o levantamento de dados junto a menores de idades, optou-se por trabalhar com a faixa de 18 e 19 anos. Esta faixa é considerada ainda como pertencente ao segmento de adolescentes segundo determinação da ONU

Os dados foram levantados então em escolas públicas de segundo grau e em universidades de Belo Horizonte e procurou-se priorizar as séries e períodos que tradicionalmente tivessem número expressivo de alunos com idade de 18 e 19 anos.

Os questionários foram do tipo auto-preenchido e um pesquisador acompanhou a aplicação nas salas de aula, identificando questões não respondidas e solicitando que fossem completadas, de maneira a minimizar a ocorrência de dados ausentes.

A amostra utilizada foi fixada após a definição do questionário de pesquisa, acatando-se a orientação de Hair Junior et al (2005) em que o tamanho da amostra deve corresponder a uma faixa entre 5 e 10 entrevistas para cada parâmetro do questionário a ser respondido. A amostra final resultante foi de 732 questionários, após a eliminação de 95 questionários que apresentavam grande número de questões não preenchidas ou cujo perfil dos respondentes fugia dos critérios determinados nesta pesquisa.

Todos os dados foram examinados para verificar a relação entre as variáveis e o ajuste dos dados da amostra, com as suposições estatísticas inerentes à técnica multivariada de análise de dados, conforme sugerido por Hair Junior et al (2005).

Ajzen (1985, 1991) afirma que, através de regressão múltipla ou equações estruturais, pode-se determinar a contribuição relativa de atitudes, normas subjetivas e percepções de controle comportamental para prever as intenções, bem como as relativas contribuições de intenções e percepções de controle para a previsão do comportamento efetivo. Segundo o autor, as crenças provêm uma fotografia da fundamentação cognitiva do comportamento de uma dada população num determinado momento, possibilitando entender por que as pessoas têm certas atitudes, normas subjetivas ou percepções de controle comportamental, o que pode indicar a oportunidade de intervenções efetivas para modificar o comportamento.

#### **4. Análise Exploratória dos Dados**

Participaram do estudo 827 estudantes. As entrevistas foram coletadas durante os meses de novembro e dezembro de 2007, em seis instituições de ensino. Do total de 827 entrevistas foram eliminadas 95 que apresentaram um grande volume de questões não preenchidas ou cujo perfil dos respondentes fugia dos critérios determinados na pesquisa.

A análise descritiva da amostra mostra que 24,9% dos entrevistados pertencem à classe Social C1 Fazendo uma separação entre as classes sociais A e B, que serão denominadas "classe alta" e as classes sociais C,D e E, que serão denominadas "classe baixa", pode-se identificar uma divisão mais equilibrada da amostra levantada, 50,8% de classe alta e 49,2% de classe baixa.

Em relação ao sexo dos entrevistados percebe-se uma maior presença das mulheres em relação aos homens, 60,5% e 39,5% respectivamente. Estes dados refletem a maior disponibilidade das mulheres em responder aos questionários do que os homens. Em relação à renda familiar dos entrevistados, 23,1 % declararam possuir renda entre R\$ 1.901,00 e R\$ 3.800,00. Somente 5,1% dos entrevistados declararam possuir renda familiar superior a R\$ 7.600,00.

Em relação à orientação sexual dos entrevistados encontrou-se predominância absoluta de heterossexuais, 94,7% da amostra. Dos entrevistados, 68,2% da amostra declararam que mantinham algum tipo de relacionamento sexual e 35,1% classificaram o relacionamento como namoro. 56,8% dos entrevistados declararam que não usam ou a namorada não usa a pílula anticoncepcional.

Antes da análise dos dados da pesquisa, procedeu-se à verificação da extensão dos dados perdidos, o que, conforme Hair et al. (2005), pode comprometer a generalização dos resultados de uma pesquisa. Na análise dos dados ausentes pode-se observar que nenhum indicador apresentou mais do que 1,5% de dados ausentes. Para atestar a aleatoriedade dos dados ausentes, fez-se uma série de testes MCAR (Missings Completely At Random) de aleatoriedade dos dados ausentes, não sendo encontrado nenhum resultado significativo, o que nos levou a admitir que os dados poderiam ser considerados como ausentes totalmente ao acaso. Sendo assim, procedeu-se ao método de substituição dos dados ausentes pelas médias dos indicadores.

Para a identificação de outliers, empregou-se o critério do número de desvios em relação à média, conforme sugerem Hair et al. (2005). Na tabela 3 identificam-se outliers univariados pelo critério de três desvios padrão em relação à média ( $|Z| > 3$ ). Pode-se observar que alguns indicadores apresentam outliers em números bastante elevados. Este comportamento é típico das escalas utilizadas e do comportamento dos respondentes. Devido à acentuada assimetria dos dados, o que caracteriza a distribuição como não normal, encontra-se este elevado número de outliers.

Já os outliers multivariados foram identificados por meio da distância de Mahalanobis ( $D_2$ ), conforme sugerem Tabachnick e Fidel (2001). Segundo as autoras, quando existe a normalidade multivariada dos dados a distância de Mahalanobis se distribui como uma estatística qui-quadrado com  $k$  graus de liberdade, em que  $k$  é o número de variáveis analisadas (MINGOTI, 2005). Com base nesse critério, foram encontradas quatro observações com probabilidade inferior a 0,1%, sendo então classificadas como outliers multivariados. No geral, quatro observações foram encontradas.

Decidiu-se comparar alguns resultados considerando o banco de dados original e o banco excluído destes quatro registros. O resultado foi praticamente o mesmo em todas as estatísticas, optando-se por manter essas observações e trabalhar com o banco de dados completo.

A análise dos indicadores do teste de normalidade Kolmogorov-Smirnov aponta para a ausência de normalidade dos indicadores trabalhados nesta pesquisa. Este resultado já é suficiente para evidenciar a violação da normalidade multivariada, já que a distribuição normal de todas as variáveis em um bloco é um requisito para a existência da normalidade multivariada de todas as combinações lineares destas variáveis (TABACHNICK e FIDEL, 2001).

A linearidade foi testada por meio das matrizes de correlação de Spearman para os indicadores de um mesmo construto. Para aqueles casos em que não se identificaram correlações significativas ao nível de 5% bi-caudal, gráficos de dispersão foram construídos para se avaliar a existência de uma relação linear entre as duas variáveis. A análise demonstrou que não existe ausência de relação linear entre as variáveis.

Seguindo as orientações de Hair et. al. (2005), quando não há normalidade deve-se escolher um método de estimação dos parâmetros afim de interpretar as relações existentes entre eles. No caso em análise optou-se por utilizar o Mínimos Quadrados Generalizados (GLS), que pressupõe normalidade multivariada e pode ajustar o modelo contra as violações dos pressupostos de análises multivariadas. Para isso, os dados foram tratados no software Amos 16.0.

A unidimensionalidade dos construtos foi verificada com base em análises de componentes principais (ACP) onde foram retidos todos os fatores com autovalor superior a um (HAIR et al., 2005). Segundo esse critério todos os construtos foram considerados unidimensionais, pois a variância extraída na análise variou entre 77,50% e 57,70% (próximo do limite sugerido de 60% pelos autores). Como indicador de consistência interna dos dados, usou-se o alfa de Cronbach, cujo valor variou entre 0,633 e 0,908. A validade convergente foi confirmada já que todas as cargas fatoriais dos indicadores foram significativas na análise fatorial ao nível de 5%.

Por fim, a validade discriminante (TAB. 2) foi averiguada por meio do teste de diferença qui-quadrado entre construtos pareados sugerido por Bagozzi et al (1991). O teste consiste em usar a análise fatorial confirmatória para calcular a estatística qui-quadrado entre modelos em que os indicadores são tratados como reflexos de um único construto e construtos relacionados, mas diversos.

Conforme esse critério, somente os construtos atitude e resistência à tentação não apresentaram validade discriminante ( $p = 0,48$ ) entre si. A partir destes resultados desenvolveu-se uma série de análises fatoriais exploratórias, buscando verificar formas alternativas de representar a estrutura latente destes construtos. Não obstante, observou-se que as soluções obtidas não apresentam resultados que atendam aos demais critérios avaliativos. Neste sentido, os construtos originais foram, inicialmente, mantidos, apesar de a validade discriminante entre eles poder ser contestada, em nome da validade de conteúdo e face, isto é, o grau em que as medidas parecem medir o que se pretende (NETEMEYER et al., 2003).

Seguindo a orientação de Bagozzi em diversos estudos (BAGOZZI e LEE, 2002; BAGOZZI, MOORE e LEONE, 2004) e buscando testar um modelo estrutural parcimonioso, julgou-se adequado manter um número de dois indicadores para cada construto final da TCP mais o novo construto no momento de testar o modelo via modelagem de equações estruturais. Os indicadores foram selecionados, de acordo com a orientação dos autores, pela carga fatorial, os dois indicadores com maior carga fatorial seriam os escolhidos. A partir deste critério definiu-se o modelo estrutural a ser testado.

A partir da definição do modelo de mensuração, tornou-se necessário verificar o grau de ajustamento, ou seja, o grau em que o modelo prediz a matriz de correlação (medidas absolutas), conforme as orientações de Anderson e Gerbing (1988) e Hair et. al. (2005). Para tanto são utilizadas as seguintes medidas de ajustamento: qui-quadrado normado, raiz quadrada média do erro da aproximação (RMSEA), índice de qualidade de ajuste (GFI) e

índice ajustado de qualidade (AGFI),. Além destes considerou-se também o índice de ajuste normado (NFI) e o índice de ajuste comparativo (CFI), conforme orientação de Bagozzi e Lee (2002).

Tabela 1 - Índices de ajuste dos modelos propostos

Índices	TCP	TCP mais NM e RT	Desejável
$\chi^2$	178,628	279,386	Não se aplica
gl	49	90	Não se aplica
$\chi^2/2$	3,645	3,104	< 5
RMSEA	0,60	0,54	0,05-0,08
NFI	0,846	0,819	> 0,9
CFI	0,881	0,867	> 0,9
GFI	0,959	0,952	> 0,8
AGFI	0,935	0,928	> 0,9

Fonte: dados da pesquisa trabalhados no Amos 16.0

A análise da tabela 1 aponta para um ajuste adequado para os modelos. Os índices NFI e CFI apresentam, entretanto, valores inferiores ao recomendado, mas com uma diferença bastante pequena. Todos os demais índices se adequam perfeitamente aos critérios de avaliação de modelos.

## 5. Testes de inclusão dos construtos

### 5.1 Teste de inclusão do construto norma moral

Norma moral refere-se à crença pessoal de que o comportamento em foco é certo ou errado - ou seja, de que existe um consenso aceito de que se deve implementar ou não tal comportamento. Em função do alto investimento em mecanismos de informação e difusão do uso do preservativo, acredita-se que a inclusão deste construto pode aumentar o poder explicativo da teoria do comportamento planejado, uma vez que seria mais uma forma de pressão a influenciar a tomada de decisão em relação ao uso do preservativo (TAB. 2).

Tabela 2 – Comparação da variância Explicada (R2) nos grupos de homens e mulheres para o modelo da teoria do comportamento planejado acrescido do construto norma moral

Modelo		R <sup>2</sup>	$\chi^2$	gl	$\chi^2_d$	gl <sub>d</sub>	sig
Base	TCP	0,22	178,628	49	54,308	19	0,0000
	TCP mais NM	0,31	232,936	68			
Feminino	TCP	0,13	65,5	16	38	13	0,0003
	TCP mais NM	0,18	103,5	29			
Masculino	TCP	0,15	25,3	16	27,5	13	0,0106
	TCP mais NM	0,12	52,8	29			

Fonte: Dados da pesquisa trabalhados no Amos

**Nota:** R<sup>2</sup> = variância explicada;  $\chi^2$  = qui-quadrado; gl = graus de liberdade;  $\chi^2_d$  = diferença entre os qui-quadrados; gl<sub>d</sub> = diferença entre os graus de liberdade; sig = valor do teste do qui-quadrado

Como demonstram a tabela 2, todas as variâncias extraídas aumentam quando o construto norma moral é acrescentado à TCP, com exceção para o grupo de homens, em que a variância diminui. Neste último grupo, entretanto, a diferença entre os valores do qui-quadrado, apesar de expressiva, não é significativa, não permitindo, portanto, concluir que a inclusão do construto norma moral diminui a variância explicada.

O maior incremento se dá no modelo base, que inclui todos os respondentes, a variância explicada aumenta de  $R^2 = 0,22$  para  $R^2 = 0,31$ . Neste modelo, a diferença encontrada na variância explicada é significativa, ( $p < 0,001$ ), assim como também o aumento no grupo de mulheres ( $p < 0,001$ ).

## 5.2. Teste de inclusão do construto resistência à tentação

O construto resistência à tentação refere-se aos fatores que poderiam dificultar o uso do preservativo, gerando uma resistência ou não à tentação de não usá-lo. A inclusão desse construto aumentaria, portanto, o poder de explicação da intenção de uso, uma vez que geraria maior clareza na explicação da intenção de desenvolver determinado comportamento. A partir deste pressuposto, foram testadas as hipóteses relativas à inclusão deste construto na TCP, considerando-se sua variação nos grupos de homens e mulheres.

Tabela 3 – Comparação da variância explicada ( $R^2$ ) dos grupos de homens e mulheres no modelo da Teoria do Comportamento Planejado acrescido do construto resistência à tentação

Modelo		$R^2$	$\chi^2$	gl	$\chi^2_d$	gl <sub>d</sub>	sig
Base	TCP	0,22	178,628	49	48,132	19	0,0002
	TCP mais RT	0,18	226,76	68			
Feminino	TCP	0,13	65,5	16	48,9	13	0,0000
	TCP mais RT	0,14	114,4	29			
Masculino	TCP	0,15	25,3	16	33,4	13	0,0005
	TCP mais RT	0,18	58,7	29			

Fonte: Dados da pesquisa trabalhados no Amos

Nota: RT = resistência à tentação;  $R^2$  = variância explicada;  $\chi^2$  = qui-quadrado; gl = graus de liberdade;  $\chi^2_d$  = diferença entre os qui-quadrados; gl<sub>d</sub> = diferença entre os graus de liberdade; sig = valor do teste do qui-quadrado

A análise dos dados das tabelas 3 mostra que a inclusão do construto resistência à tentação aumenta a variância explicada nos modelos relativos aos grupos de homens e mulheres. O aumento do poder de explicação do modelo é mais expressivo no grupo masculino, com o  $R^2$  aumentando de 0,15 para 0,18. Este dado é reforçado pela maior influência das variáveis componentes do construto e do próprio construto neste segmento. A diminuição da variância encontrada no modelo base, de  $R^2 = 0,22$  para  $R^2 = 0,18$ , é significativa: valor p 0,0002 ( $p < 0,001$ ).

## 5.3. Teste de inclusão dos construtos norma moral e resistência à tentação

A inclusão dos construtos resistência à tentação e norma moral supostamente aumentaria a variância explicada do modelo, uma vez que acrescentaria novas fontes de explicação da intenção de uso dos preservativos. Esta hipótese se sustenta a partir das hipóteses anteriores que afirmam que a inclusão separada de cada um dos construtos aumenta a variância explicada do modelo. Portanto, a inclusão das duas variáveis aumentaria também a variância explicada (TAB. 4).

A análise dos dados da tabela 4 indica um aumento da variância explicada nos modelos testados. No modelo base, a variância extraída aumentou de  $R^2 = 0,22$  para  $R^2 = 0,30$ . Este resultado também se mostrou significativo, com um  $p < 0,001$ . O mesmo acontece nos grupos de homens e mulheres, com a variância aumentando de  $R^2 = 0,15$  para  $R^2 = 0,21$  e de  $R^2 = 0,13$  para  $R^2 = 0,22$ , respectivamente. Este aumento, entretanto, não é significativo no grupo de homens.

Tabela 4 – Comparação da Variância Explicada (R<sup>2</sup>) dos grupos homens e mulheres no modelo da teoria do comportamento planejado com a inclusão dos construtos norma moral e resistência à tentação

Modelo		R <sup>2</sup>	$\chi^2$	gl	$\chi^2_d$	gl <sub>d</sub>	sig
Base	TCP	0,22	178,628	49	100,758	41	0,0000
	TCP mais RT e NM	0,30	279,386	90			
Feminino	TCP	0,13	65,5	16	55,8	27	0,0009
	TCP mais RT e NM	0,22	121,3	43			
Masculino	TCP	0,15	25,3	16	42,6	26	0,0213
	TCP mais RT e NM	0,21	67,9	42			

Fonte: Dados da pesquisa trabalhados no Amos

Nota: R<sup>2</sup> = variância explicada;  $\chi^2$  = qui-quadrado; gl = graus de liberdade;  $\chi^2_d$  = diferença entre os qui-quadrados; gl<sub>d</sub> = diferença entre os graus de liberdade; sig = valor do teste do qui-quadrado

## 6. Considerações Finais

A Teoria do Comportamento Planejado é, provavelmente, o quadro teórico dominante para explicar o relacionamento entre cognição e comportamento na psicologia social (COOKE e SHEERAN, 2004). Várias meta-análises indicam que a TCP provê uma boa explicação para uma ampla extensão de comportamentos, porém existem resíduos significativos não explicados na intenção e no comportamento pelos construtos da TCP (SHEERAN, 2002).

A análise desenvolvida neste estudo buscou contribuir para o aprimoramento da teoria e buscou servir como mais um suporte empírico à validade da TCP no Brasil. Mesmo não constatando aumento muito significativo do poder de explicação do modelo, a principal contribuição deste estudo prende-se à constatação de que novos construtos ajudam a melhorar a previsibilidade das intenções e, conseqüentemente, dos comportamentos. Apesar da pequena quantidade de estudos realizados no Brasil, em comparação a outros países, a teoria encontra significativo poder de explicação dos comportamentos investigados e aponta para a necessidade de aprofundamento dos estudos sobre a TCP no Brasil como forma de compreender melhor o comportamento do brasileiro.

Considerando a enorme quantidade de problemas sociais enfrentados no Brasil e as profundas mudanças nos padrões de comportamento do consumidor brasileiro nos últimos anos, torna-se essencial investigar a validade da teoria do comportamento planejado e de outras teorias de ação no País, o que pode contribuir para a elaboração e implantação de políticas públicas e estratégias empresariais mais eficazes.

Novos estudos devem primar pelo apuro metodológico, como recomenda Ramalho (2006), e devem avaliar em profundidade os componentes dos construtos, como recomendado por Rodrigues (2007), avaliando e estudando a contribuição de outras variáveis que melhorem a previsibilidade do modelo. Assim, são necessários mais estudos com amostras representativas de consumidores, envolvendo diferentes comportamentos, visando conhecer e mensurar os antecedentes atitudinais da intenção e do comportamento do consumidor brasileiro.

A resistência à tentação, por outro lado evidencia a maior vulnerabilidade do grupo masculino às pressões e fatores circunstanciais como tesão, paixão, posse do preservativo ou uso de pílulas anticoncepcionais na intenção de usar o preservativo. Isto torna mais relevante a atuação feminina no processo de uso do preservativo, uma vez que esta tenda a ser mais racional e menos vulnerável aos fatores apontados anteriormente. A norma moral, que

contribuiu significativamente para o aumento da variância explicada da TCP, não apresenta variações diferenciadas significativas entre os grupos investigados.

Esses resultados possuem diversas aplicações. A primeira – e mais óbvia – é a criação de estratégias de comunicação que tenham por objetivo aumentar o número de usuários de preservativos ou aumentar a frequência de uso dos que já utilizam. A formação de hábitos consistentes e repetitivos para o uso do preservativo tende a ser o principal objetivo de qualquer política social, de comunicação e de promoção social.

Para isso, uma estratégia válida seria a criação de uma comunicação persuasiva baseada nos achados desse trabalho. Ajzen (1992) coloca que esse tipo de comunicação é baseado numa mensagem com três componentes: a) uma posição defendida; b) argumentos sobre a posição defendida; e c) evidências factuais que maximizariam o poder dos argumentos.

As mulheres devem receber um tratamento mais direcionado e diferenciado nas políticas, campanhas e promoções sociais de uso do preservativo. Sua valorização como alvo destes processos pode redundar em maior eficácia das campanhas e evidente diminuição dos efeitos indesejados do não uso do preservativo. O segmento masculino, por sua vez, deveria ser influenciado a considerar e avaliar adequadamente as situações e fatores de riscos que poderiam diminuir sua resistência à tentação de não usar o preservativo. Ambos os grupos sociais não deveriam ser diferenciados em função da classe social a que pertencem.

O estudo apresentado neste trabalho aponta caminhos para novas investigações, com implicações teóricas e gerenciais. Aprofundar o teste dos construtos apresentados e discutidos e reaplicar este estudo em outras regiões e segmentos etários se revela como uma importante contribuição para verificar se a TCP mantém-se válida para explicar a cadeia nomológica que leva às intenções comportamentais em contextos sócio-econômicos diferenciados. Reaplicar o estudo ao longo do tempo na mesma amostra e em uma nova amostra seria também de grande utilidade, uma vez que possibilitaria verificar algumas mudanças na estrutura de percepções.

A verificação do poder explicativo e da robustez da teoria deveria ser feita através da comparação dos resultados encontrados com resultados da utilização de outras teorias da ação, aplicados aos mesmos segmentos socioeconômicos e com a mesma finalidade de explicar o comportamento de uso do preservativo.

## 7. Referências

AJZEN, Icek. The theory of planned behavior. *organizational behavior and human. Decision Processes*, v. 50, p. 179-211, 1991.

\_\_\_\_\_. **Constructing a TPb Questionnaire:** conceptual and methodological considerations. September. 1992. Disponível em: <<http://www-unix.oit.umass.edu/~ajzen>>. Acesso em 12/11/2006.

\_\_\_\_\_. Residual effects of past on later behavior: habituation and reasoned action perspectives. *Personality and Social Psychology Review*, 6, 2, 107-122, 2002.

\_\_\_\_\_.; FISHBEIN, Martin. **Understanding attitudes and predicting social behavior.** Upper Saddle River, NJ: Prentice Hall, 1980.

ANDERSON, J. GERBING, D. Structural Equation Modeling in practice: a review and recommended two-step approach. *Psychological Bulletin*, V. 103, N.3, p. 411-23, 1988

- ALBARRACIN, Dolores, FISHBEIN, Martin, JOHNSON, Blair T. e MUELLERLEILE, Paige A. Theories of Reasoned Action and Planned Behavior as Models of Condom Use: A Meta Analysis. **Psychological Bulletin**, v. 127, n. 1, p. 142 – 161, 2001.
- ARMITAGE Christopher J., CONNER Mark. Efficacy of the Theory of Planned Behavior: A meta-analytic review. **British Journal of Social Psychology**, v. 40, p. 471–499, 2001.
- BABBIE, Earl. **Métodos de Pesquisa de Survey**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- BAGOZZI, Richard P.; YI, Youjae; PHILIPS, Lynn W. Assessing construct validity in organizational research. **Administrative science**, [S.l.], v. 36, n. 3, p. 421-458, sept. 1991.
- \_\_\_\_\_; GOPINATH, Mahesh, NYER, Prashanth U. The role of emotions in marketing. **Academy of Marketing Science**, p. 184-206, spring, 1999.
- \_\_\_\_\_. On the concept of intentional social action in consumer behavior. **Journal of Consumer Research**, v. 27, p. 388-396, dec. 2000.
- \_\_\_\_\_; BERGAMI, Massimo.; LEONE, Luigi. Hierarchical representation of motives in goal setting. **Journal of Applied Psychology**, [S.l.], v. 88, n. 5, p. 915-943, 2003.
- \_\_\_\_\_. GÜRHAN-CANLI, Zeynep; PRIESTER, Joseph, R. **The social psychology of consumer behaviour**. Philadelphia, PA: Open University Press, 2002.
- \_\_\_\_\_.; WARSHAW, Paul. R. Trying to consume. **Journal of Consumer Research**, [S.l.], v. 17, p. 127-140, sept. 1990.
- \_\_\_\_\_.; DHOLAKIA, Utpal. Goal setting and goal striving in consumer behavior. **Journal of Marketing**, [S.l.], v. 63, p. 19-32, 1999.
- BANDURA, A. **Self-efficacy: The exercise of control**. New York: W.H. Freeman, 1997.
- BECK, L. and AJZEN, I. Predicting dishonest actions using the theory of planned behavior. **Journal of Research in Personality**, 1991.
- BLANC, A.K. E WAY, A.A. Sexual behavior and contraceptive knowledge and use among adolescents in developing countries. **Study of Familiar Planning**, v. 29: p. 106-116, 1998.
- Brasil Ministério de Saúde. Sistema de Informações hospitalares (SIH/SUS). Brasília, 2000. Disponível em: <www.datasus.gov.br>. Acesso em: 13 nov. 2006.
- BRAVERMAN, P.K. E STRASBURGER, V.C. Contraception. **Clinic Pediatric**, v. 12, p. 725-734, 1993.
- CANNON LRC. Prefácio In: Vieira EM, Fernandes EL, Bailey P, McKay A. **Seminário Gravidez na Adolescência**, Rio de Janeiro, Ministério de Saúde/ Family Health International/ Associação Saúde da Família, p.11-12, 1998.
- COOKE, R., & SHEERAN, P. Moderation of cognition-intention and cognition-behaviour relations: A meta-analysis of properties of variables from the theory of planned behaviour. **British Journal of Social Psychology**, 43, 2004a.
- CONNER, M. and ARMITAGE, C. Extending the theory of planned behavior: a review and avenues for further research. **Journal of Applied Social Psychology**, 28, 1998.
- CONNER, M. and MCMILLAN, B. Interaction effects in the theory of planned behaviour: studying cannabis use. **British Journal of Social Psychology**, 38, 1999.
- CONNER, M. and SPARKS, P. The theory of planned behaviour and health behaviours. In Conner, M. and Norman, P. (eds), **Predicting Health Behaviour**. Open University Press, Buckingham, 1996.

- FISHBEIN, Martin, AJZEN, Icek. **Belief, Attitude, Intention and Behavior: An Introduction to Theory and Research**. Reading, MA: Addison-Wesley, 1975.
- GODIN, G. Theories of reasoned action and planned behavior: usefulness for exercise promotion. In: **Medicine and Science in Sports and Exercise** .v. 26, n. 11, p.1391-1394, 1994.
- HAIR JUNIOR, Joseph F. et al. **Análise multivariada de dados**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.
- HAUSENBLAS, H.A.; CARRON, A.V. & MACK, D.E. Application of the theories of reasoned action and planned behavior to exercise behavior: a meta-analysis. **Journal of Sport & Exercise Psychology**. v. 19, p.36-51, 1997.
- HOYOS, Ramiro C., SIERRA, Alberto Villaseñor. El estrato socioeconómico como factor predictor del uso constante de condón en adolescentes. **Revista de Saúde Pública**. v.35, n.6, Dec. 2001
- HYNES, Michaela, MAC DONALD, Tara K e MARQUES, Sandra. Self-Conscious Emotion and Self Regulation in the Promotion of Condom Use. **Personality and Social Psychology Bulletin**. v. 32, n. 8, p. 1072 – 1084, August 2006.
- KRAUS, S. J. Attitudes and the prediction of behaviour: a meta-analysis of the empirical literature. **Personality and Social Psychology**.V. 21, p. 58-75, 1995.
- MALHOTRA, Naresh K. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.
- MANSBRIDGE, J. J. (Ed.). **Beyond self-interest**. Chicago: University of Chicago Press, 1990.
- MANSTEAD, A. S. R. The role of moral norm in the attitude–behavior relationship. In D. J. Terry & M. A. Hogg (Eds.), **Attitudes, behavior and social context: The role of norms and group membership**. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, Inc, 2000.
- MINGOTTI, S. A. Análise de dados através de métodos de estatística multivariada: uma abordagem aplicada. Belo Horizonte: UFMG, 2005.
- NETEMEYER, R. G. BEARDEN, W. O. SHARMA, S. **Scaling procedures: issues and applications**. SAGE, 2003.
- O'BRIEN COUSINS, S. The self-talk model for motivation older adults. Alcoa National Forum On Older Adults And Active Living. Abstracts: Canadian Centre for Activity and Aging Held at: The University of Western Ontario. In: **Celebration of the International Year of Older Persons (IYOP)**, p. 13-16, 1999.
- PARKER, D., MANSTEAD, A. S. R. and STRADLING, S. G. Extending the theory of planned behaviour: the role of personal norm. **British Journal of Social Psychology**, 1995.
- PINTO SILVA, J.L.; SARMENTO, R.C.; LANDERER, C.; FAÚNDES, A. Gravidez na adolescência: conduta frente à anticoncepção e ao sexo. **Jornal Brasileiro de Ginecologia**, v. 90, p. 283-287, 1980.
- RAATS, M. M., SHEPHERD, R., & SPARKS, P. Including moral dimensions of choice within the structure of the theory of planned behavior. **Journal of Applied Social Psychology**, 25, 1995.
- RAMALHO, W. **Modelo de Atitude em Mercado de Produtos Novos Entrantes**. 2006. Tese de doutorado. CEPEAD/UFMG

- RODRIGUES, H., & TORRES, C. V. (2007). **Atitudes, Normas e Turismo de aventura: um estudo piloto**. Trabalho apresentado no II Congresso brasileiro de psicologia organizacional e do trabalho. 27 de julho, Brasília.
- RUTTER, D. R., & BUNCE, D. J.. The theory of reasoned action of Fishbein and Ajzen: A test of Towriss's amended procedure for measuring beliefs. **British Journal of Social Psychology**, 28(1), 1989.
- SANTOS, Tais; JUAREZ, Fátima; MOREIRA, Morvan de M. Comportamento Sexual de Adolescentes do Sexo Masculino de Baixa Renda: a Comunidade de Chão de Estrelas. IN: ABEP. ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 12, Caxambu. Anais. Belo Horizonte, ABEP, 2004.
- SCHOR, N.; FERREIRA, A.F.; MACHADO, V.L.; FRANÇA, A.P.; PIROTTA, K.C.M.; ALVARENGA, A.T et al. Mulher e anticoncepção. Conhecimento e uso de métodos anticoncepcionais. **Caderno Saúde Pública**, v. 16, p.377-384, 2000.
- SHEERAN, P. Intention-behaviour relations: A conceptual and empirical review. In W. Stroebe & M. Hewstone (Eds.), **European review of social psychology**, (Vol. 12, pp. 1–36). Chichester: Wiley, 2002.
- SIMONS, John. The measurement of subjective rationales for health-related behaviour. In: CLELAND, John; HILL, Allan G. (Eds) **The Health Transition: Methods and Measures**. Canberra: Australian National University, 1998, p. 103-114 (Health Transition Series, 3).
- SONENSTEIN, F.L. What teenagers are doing right: changes in sexual behavior over the past decade. **Journal of Adolescent Health**, v. 35, p. 77-78, 2004.
- Sparks, P., Shepherd, R., & Frewer, L. J. Assessing and structuring attitudes toward the use of gene technology in food production: The role of perceived ethical obligation. **Basic and Applied Social Psychology**, 16, 1995.
- Sparks, P., and Shepherd, R., The Role of Moral Judgments. **ETHICS & BEHAVIOR**, 12(4), 299–321 Lawrence Erlbaum Associates, Inc., 2002.
- SUTTON, S. Explaining and predicting intentions and behaviour: how are we doing? **Journal of Applied Social Psychology**. Vol. 28, p. 1318-1339, 1998.
- TABACHNICK, B. G.; FIDELL, L. S. **Using Multivariate Statistics**. 3 ed. New York: HarperCollins, 1996
- VEIGA, R e MONTEIRO, P. R. R. Antecedentes Comportamentais da Intenção de Parar de Fumar Segundo a Teoria do Comportamento Planejado. In: XXIX ENANPAD – Encontro Nacional dos Cursos de Pós-graduação em Administração, 2005, Brasília. **Anais Eletrônicos do XXIX ENANPAD**. Brasília: ANPAD, 2005.
- WHO. World Health Organization. Child and adolescent health and development. Disponível em: <[www.who.int/childdo adolescent-health/OVERVIEW/AHD/ adh-over.htm](http://www.who.int/childdo adolescent-health/OVERVIEW/AHD/ adh-over.htm)>. Acesso em: 10 nov. de 2006.